

A Importância dos Espaços Públicos para a Participação Popular nas Políticas Locais ante a Desigualdade Social Histórica em Campos dos Goytacazes

Autora: Jasmine Andrade Sanz¹

GT 2. Políticas Públicas, Conflitos e Movimentos Sociais

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade

Federal Fluminense – Campos (RJ)

E-mail: jasminesanz@gmail.com

Resumo:

O presente artigo teve por base o trabalho final apresentado na disciplina Estado e Políticas Públicas, do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF em Campos (RJ). O objetivo foi articular a relação entre o Estado e a Sociedade Civil com meu objeto de pesquisa: a importância dos espaços públicos na cidade de Campos dos Goytacazes. Discuto os processos econômicos que constituíram a sociedade civil e política da cidade de Campos, formando uma população marcada pela desigualdade social e alheia às decisões políticas, e a relevância dos espaços públicos como centrais para reformular o léxico das negociações e criar uma narrativa na qual todos tenham lugar de fala e sua cidadania reconhecida. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre os principais ciclos econômicos pelos quais a cidade de Campos passou, associando-os aos processos políticos e sociais por eles gerados. Pretendemos contribuir para o debate do papel do Estado no desenvolvimento do município, entendido não apenas no sentido economicista, mas como qualidade de vida e oportunidade para todos, principalmente aqueles que se encontram à margem dos processos econômicos.

Palavras-chave:

Espaços públicos; Processos econômicos; Desigualdade social.

¹ Mestrado em andamento em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Federal Fluminense (2017). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo. Atualmente pesquisa as ambiências, os usos e as apropriações da Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes (RJ).

Introdução

O presente artigo foi desenvolvido a partir do trabalho final da disciplina Estado e Políticas Públicas, do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF, Campos (RJ). O objetivo foi articular os textos discutidos em sala de aula ao meu objeto de estudo: a importância dos espaços públicos no momento contemporâneo na cidade de Campos dos Goytacazes. Assim, por meio de uma breve leitura histórica dos ciclos econômicos vivenciados no município e suas relações políticas, discuto as atuais implicações sociais oriundas de tal processo e a importância que os espaços públicos exercem para a construção de uma sociedade mais participativa, justa e incluyente.

A cidade de Campos dos Goytacazes, localizada no Norte Fluminense, possui uma tradição econômica de bastante relevância para a região e o país. Entretanto, a despeito das riquezas geradas, sua distribuição desigual, associada às práticas políticas clientelistas, formaram uma sociedade extremamente fragmentada e uma forte concentração de renda.

Após uma revisão bibliográfica para melhor compreender os ciclos econômicos pelos quais a região passou e como eles moldaram a sociedade política e civil da cidade, analisamos a centralidade dos espaços públicos na criação de uma sociedade mais equilibrada e politicamente participativa. Para tanto, buscamos fundamento na argumentação de Vera Telles (1994), a favor de uma participação cidadã na definição das prioridades do orçamento público como forma de garantir uma melhor distribuição dos recursos. Nesse sentido, os espaços públicos, definidos como “espaços que publicizam os conflitos nas práticas de negociação” (TELLES, 1994, p.50), mostram-se dotados de centralidade ao permitirem uma negociação democrática entre os diversos atores e o mapeamento de suas reivindicações.

O presente artigo foi dividido em três seções. A primeira apresenta uma breve leitura histórica sobre os processos econômicos e sua influência sobre os processos políticos e sociais da localidade, em consonância com o pensamento de Marx (*apud* CARNOY, 1988) de que a economia molda os demais processos regionais. A segunda seção aborda o atual momento econômico pelo qual passa a cidade e a importância dos espaços públicos nesse contexto. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais dessa pesquisa.

1 A economia e a cidade

Campos dos Goytacazes, cidade situada no norte do estado do Rio de Janeiro, possui um passado de importância econômica e política, mas também de elevada desigualdade social. Marx (*apud* CARNOY, 1988, p.66) explica que “o modo de produção da vida material condiciona, de forma geral, o processo de vida social, política e intelectual”. Complementa Carnoy (1988, p.65):

Na concepção de Marx, é impossível separar a interação humana em uma parte da sociedade da interação em outra: a consciência humana que guia e até mesmo determina essas relações individuais é o produto das condições materiais – o modo pelo qual as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas.

Sob tais premissas, segue um breve apanhado dos processos econômicos que moldaram a urbanização, a formação da sociedade civil e política da cidade de Campos, com vistas a uma melhor compreensão da contradição existente entre as riquezas auferidas ao longo do tempo e sua efetiva distribuição entre a população local e a participação desta nos processos políticos.

1.1 A economia escravocrata, a sociedade dos barões do açúcar e a dominação tradicional

De acordo com Carvalho e Silva (2004, p.47-51), no século XIX a economia de Campos dos Goytacazes se destacava pelo setor manufatureiro e açucareiro, sendo este último o foco desta pesquisa por ter exercido maior influência na construção política e na formação urbana e social do município.

No final do século XVIII e por quase todo o século XIX, Campos teve uma intensa atividade sucralcooleira. Com o desenvolvimento da atividade industrial e a inserção de novas técnicas, os engenhos se modernizaram e se ampliaram, o que, segundo João Oscar (*apud* PARANHOS, 2006, p.3), “influenciou na superestrutura orgânica de toda a sociedade norte fluminense”. Esse panorama propiciou o surgimento dos *barões do açúcar*, título concedido pelo Imperador como recompensa pelo serviço que essas pessoas desempenhavam para o desenvolvimento do país. Essa nova classe surge “ensejando a dominação política, econômica e social (...) e começa a se instalar em suntuosas mansões”

(PARANHOS, 2006, p.4). Em paralelo, inicia-se na cidade um sistema político clientelista², baseado no poder que os barões, donos de latifúndios escravocratas, exerciam sobre uma maioria despossuída.

Compunham os engenhos e as usinas a “casa grande, a senzala, as instalações acessórias, como as oficinas e estrebarias, a capela, os canaviais, as pastagens e as culturas de subsistência” (PARANHOS, 2006, p.1), destacando-se que “cada usina era uma ilha dentro do município. Tinha suas regras, seus domínios, seus festejos do padroeiro e por conseqüência adquiria hábitos e tradições próprias. A usina era o centro em torno do qual girava o trabalho, a família, o progresso, o futuro” (PEREIRA PINTO *apud* FRANCISCO DE SOUZA e GANTOS, 2006, s/p). Os engenhos e adjacências eram verdadeiras comunidades, cujos proprietários detinham domínio sobre toda a área. Segundo Francisco de Souza e Gantos (2006, s/p):

(...) Os usineiros não eram apenas os proprietários das centrais industriais -e de toda a produção destas- que tinham nas mãos o poder de fornecer emprego às comunidades vizinhas; mas, antes de tudo, eram donos das próprias terras em que estas comunidades encontravam-se assentadas bem como o comércio local, postos de saúde, áreas de lazer etc. A posse da terra onde estava instalada a indústria sucroalcooleira e suas adjacências era algo tão marcante que a própria comunidade, vila ou distrito possuía o nome da usina.

Além das terras e materialidades contidas nos limites de seus territórios, os barões também detinham controle sobre os processos imateriais, moldando a vida das pessoas que lá moravam. Francisco de Souza e Gantos destacam, por exemplo, o estabelecimento do calendário dos dias festivos e a influência nas formas de sociabilidade que ocorriam nas comunidades próximas às usinas (2006, s/p).

Em 1835, a Vila de São Salvador de Campos foi elevada para a categoria de Cidade e recebeu o nome de Campos dos Goytacazes, impulsionando o processo de urbanização. A área central ganhou novos equipamentos, como “bancos, companhias de seguro, companhias de navegação; construíram-se vias férreas; instalaram-se esgotos, água corrente e iluminação elétrica” (FREITAS, 2008, p.41).

² Sobre o sistema de clientelismo, discorre Souza (2004, p.11): “O conceito de clientelismo não é estático; assume conotações diversas ao longo do tempo. Sua origem remonta aos tempos antigos, mais precisamente à clientela romana, onde as relações entre sujeitos de *status* diferentes se entrelaçavam na órbita da comunidade familiar, relações estas que configuravam dependência tanto econômica quanto política, ratificada pelo próprio foro religioso. O *patronus* (sujeito de *status* considerado superior) dava proteção aos *clientes*, defendendo-os em juízo, destinando-lhe terras para cultivo e gados para criar; em troca, exigia resignada obediência, além da prestação de inúmeros serviços. Constituindo, desta forma, a relação de dependência entre o *patronus* e o *cliente* (Mastropaolo, 1992, p. 177).”

Na área urbana houve obras de grande porte, “a maioria utilizando a tecnologia com participação do capital inglês. Pântanos eram saneados, praças foram niveladas, abriram-se novas ruas e, doravante, surgiram as primeiras pavimentações em pedra de granito” (FREITAS, 2008, p.41). Mesmo com tais modernizações, “a estrutura urbana do espaço campista sempre esteve estreitamente relacionada à economia agrária sucroalcooleira” (FREITAS, 2011, p.57).

Dessa forma, modificou-se o cenário, mas se mantiveram intactas as antigas relações de dominação e estruturas de poder, nas quais os grupos mais abastados orientavam o direcionamento das modernizações. Os locais afastados do centro, para os quais as famílias de menor condição de renda se orientavam, não recebeu a mesma atenção. Faria destaca as deficiências acentuadas pelo crescimento da malha urbana: “insalubridade, vários terrenos localizados em áreas pantanosas e péssimas condições das moradias da camada pobre – simbolizadas pelos cortiços” (*apud* FREITAS, 2011, p.58).

Em 1870, por meio de uma fusão de capital público e privado, os engenhos adquiriram novos equipamentos, possibilitando maior produção e o surgimento de usinas e engenhos centrais. Dependentes de capital estrangeiro (inglês) e de subsídios públicos, os novos engenhos seguiam certas diretrizes estabelecidas pelos investidores, entre elas “a proibição de ser utilizado trabalho escravo nas atividades fabris” (JOÃO OSCAR *apud* PARANHOS, 2006, p.6). A partir de então a atividade sucroalcooleira busca se dissociar da mão de obra escrava³, em um processo que, de acordo com Paranhos (JOÃO OSCAR *apud* PARANHOS, 2006, p.6):

Incrementa algumas levas de imigrantes para o norte fluminense, fazendo com que a população cativa gradativamente perca sua característica e seja absorvida em atividades pouco ou nada produtivas gerando questões sociais das mais delicadas e que se arrastam pelo Brasil afora até hoje como a falta de oportunidade de emprego e habitação decente.

Inicia-se um processo de marginalização, abandono e exclusão de parte da população, cujas consequências perduram até os dias atuais. A origem da sociedade campista é marcada pela segregação social, a qual se materializa no solo, provocando um processo de construção desigual da cidade, em que parcela da

³ Vale salientar que “no final do século XIX, a região de Campos dos Goytacazes concentrava o maior contingente de escravos da província do Rio de Janeiro: 60% da população era escrava” (HENRIQUES, 2010, s/p).

população se vê à margem dos serviços e equipamentos urbanos. Castells (*apud* SANZ, 2017, p.27) destaca que “a cidade torna-se expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, através de um ambiente físico construído”.

Assim, a criação da paisagem campista materializou as desigualdades sociais, marcando no território a síntese das relações de dominação patriarcal que extrapolaram os limites internos dos engenhos e se concretizaram na construção física e social da cidade. A economia do açúcar e o poder político dela oriundo moldaram uma sociedade desigual, com repercussões até os dias atuais.

1.2 A inserção do modo de produção capitalista, os empresários usineiros e as relações clientelistas

Na virada do século XIX para o XX o cenário se modificou. O setor sucralcooleiro entrou em declínio, exigindo uma mudança no mecanismo de produção. De acordo com Faria (2004, p.49), “o açúcar brasileiro estava em crise por causa da concorrência estrangeira que oferecia muito mais vantagens em qualidade e preço”. Além disso, a abolição da escravatura demandou a reestruturação do sistema produtivo, com a modernização da produção e a transformação dos antigos engenhos nas grandes usinas. Surge assim uma nova figura na cena campista, convertendo-se o antigo “senhor do engenho” no “empresário usineiro”, como descrevem Francisco de Souza e Gantos (2006, s/p):

O usineiro enquanto industrial do açúcar, representava uma figura social de grande envergadura e prestígio, um verdadeiro “*homem benemérito*”. Surgido como o sucessor natural dos “Senhores de Engenho”, a identidade moderna do usineiro começou-se a prefigurar no final do século XIX, isto é, num momento de transição em que a escravidão já havia sido abolida no Brasil. Dessa forma, diferentemente do Senhor de Engenho escravocrata, o usineiro -embora participe mental dos valores do patriarcalismo agrário - aparece na cena conjuntamente com o trabalhador livre assalariado e se consolida rapidamente como “o modelo” de empresário capitalista da região. Um empresário-coronel que como descreve José Candido de Carvalho⁴ já não era proprietário de escravos a moda antiga, mas dono de grandes extensões (“propriedades”) de terra e de indústrias de açúcar e de álcool com uma capacidade produtiva jamais imaginada por aqueles que o antecederam.

⁴ Escritor campista e autor do famoso livro “O coronel e o Lobisomem”.

De acordo com os teóricos franceses Boltanski e Chiapello (2009), essa mudança marca a presença do *primeiro espírito capitalista*⁵, caracterizado por centrar-se na figura do *burguês empreendedor* e na descrição dos valores burgueses, como a seguir explicado (2009, p.49):

A figura do empreendedor, do capitão da indústria, do conquistador (Sombart, 1928, p.55) concentra os elementos heroicos da situação, com a tônica no jogo, na especulação, no risco, na inovação (...) a figura do burguês e a moral burguesa contribuem com os elementos de segurança numa combinação original que associava à disposições econômicas inovadoras (...) posicionamentos domésticos tradicionais: importância atribuída à família, à linhagem, ao patrimônio, à castidade das moças (para evitar casamentos desvantajosos e dilapidação do capital); caráter familiar ou patriarcal das relações mantidas com os empregados (Braudel, 1979, pp.526-7) – o que será denunciado como paternalismo -, cujas formas de subordinação permanecem amplamente pessoais (...) Quanto às justificações que tinham em vista uma generalidade maior e remetiam a construtos do bem comum, estão menos ligadas à referência ao liberalismo econômico, ao mercado ou à economia acadêmica, cuja difusão ainda era bastante limitada, e mais à crença no progresso, no futuro, na ciência, na técnica, nos benefícios da indústria.

Saliente-se que Boltanski e Chiapello investigam uma realidade muito distante da local, debruçando-se sobre o contexto francês, localizado no centro do sistema capitalista. Porém, é relevante citá-los para que localizemos a cidade de Campos no processo de produção capitalista e acompanhemos o seu desenvolvimento nesse sistema, sobretudo como o processo preservou certas especificidades que possuem relação direta com a história regional e a formação social.

Observamos que a transição capitalista ocorrida na cidade de Campos possuiu múltiplas relações não redutíveis somente ao seu caráter global ou ao local, sendo uma síntese de ambos. De acordo com Swyngedouw (1997, s/p, tradução nossa), “(...) o local e o global estão profundamente interligados (...) o local e o global são mutuamente constituídos, ou assim o parece”. Tanto é aparente essa relação que, mesmo com a chegada do modelo de produção industrial, já estabelecido em outros países, a modernização capitalista no contexto brasileiro teve suas particularidades. Segundo o sociólogo Francisco de Oliveira (*apud* SOUZA, 2004, p.22):

⁵ Para Boltanski e Chiapello, o espírito capitalista seria “a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (2009, p.39). Os autores fornecem três definições para tipificar as variações do *espírito do capitalismo*, especificando “os diferentes componentes (...) para o seu tempo, qual foi a grande aventura dinamizadora representada pelo capitalismo, que sólidas fundações para a construção do futuro e que respostas para as expectativas de uma sociedade justa ele parecia conter em si” (2009, p.49).

A modernização do Brasil se deu através da expansão capitalista, mas aqui não se seguiu o modelo “clássico” dos países desenvolvidos, onde o setor estratégico modernizado, organizado sob novas relações capitalistas de produção, “*tende a ‘exportar-se’ para o restante da economia*”. No Brasil, e esta é sua “*especificidade particular*”, o setor estratégico modernizado, a indústria, tende a “*perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura*” como forma e meio de sustentá-lo e garantir sua reprodução.

Nesse cenário de *modernização brasileira*, a cidade foi transformada e dotada com os símbolos do progresso, no entanto sem modificar a estrutura de profunda desigualdade das relações sociais. Dessa forma, o novo poder econômico que se desenvolvia localmente conservou as antigas práticas de controle social, peculiares do mundo agrário patriarcal, mas se assentando sobre as novas bases de produção do mundo capitalista (FRANCISCO DE SOUZA; GANTOS, 2006, s/p).

A partir dos anos de 1950, o setor sucralcooleiro da região começou a apresentar sinais de crise. São Paulo conquistava espaço nos mercados nacionais e internacionais e se destacava como o maior produtor de açúcar nacional. Gradativamente, a produção campista perdia o seu espaço no mercado e seu dinamismo, por consequência da “defasagem tecnológica, da gestão ineficiente dos recursos produtivos e da baixa produtividade das lavouras de cana do Norte Fluminense” (Carvalho e Silva, 2004, p.64-66). Seguem-se a diminuição da produção na década de 70 e um colapso do setor nas décadas de 80 e 90, o que gerou o fechamento de diversas usinas e o desemprego de parcela da população (Carvalho e Silva, 2004, p.64-66).

O passado de opulência marcado pela indústria sucralcooleira tornou-se *rugosidade*, conceito descrito por Santos como o “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (2006, p.92). Tais marcas “(...) trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2006, p.92).

Santos acrescenta que “a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas” (2006, p.92). Compreender tais materializações esclarece o que John Stuart Mill, citado por Santos, chamou de “escravidão das circunstâncias anteriores” (2006, p.92), resquícios dos tempos passados que “não se

pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais” (2006, p.92).

A decadência do setor sucraalcoleiro representou o fim de um ciclo hegemônico e a mudança tanto das relações econômicas quanto políticas na cidade. A redução da atividade das usinas e engenhos de açúcar ocorreu num período muito próximo à descoberta de petróleo na Bacia de Campos e à instalação da Petrobrás na cidade de Macaé. Porém, as marcas físicas e culturais construídas durante os anos de baronato do açúcar caracterizaram a formação da sociedade de forma decisiva, construindo uma grande cisão e discrepância social que nem mesmo a reestruturação produtiva foi capaz de reverter.

1.3 A Petrobrás, os excluídos e a política clientelista moderna

A chegada da Petrobrás e a transformação por ela trazida fez parte de um momento histórico inserido em contexto não só local, mas também nacional e mundial. De acordo com Ramos (2016, p.65):

Todo esse processo de pesquisa que levou à descoberta da Bacia de Campos está inserido em um projeto nacional muito mais amplo que diz respeito à inserção do Brasil em um novo momento do sistema capitalista que desponta nos países centrais e que faz parte de um novo período econômico em escala mundial. A partir desse momento (anos 1970), ainda levará alguns anos para que o Brasil apresente as principais transformações impulsionadas por esse novo período da história do capitalismo, mas há que se considerar desde então os esforços nacionais e de outras escalas de administração e governo na tentativa de acompanhar a locomotiva puxada pelos países centrais.

Esse momento histórico marca uma nova fase nas relações capitalistas para a cidade, em muito se assemelhando à segunda caracterização do *espírito do capitalismo*, a seguir descrita pelos teóricos Boltanski e Chiapello⁶:

A tônica recai menos sobre o empresário individual e mais sobre a organização. Centrada no desenvolvimento, no início do século XX, da grande empresa industrial centralizada e burocratizada, fascinada pelo gigantismo, essa caracterização tem como figura heroica o diretor que, diferentemente do acionista que procura aumentar a sua riqueza pessoal, é habitado pela vontade de aumentar ilimitadamente o tamanho da firma que ele dirige, com o fim de desenvolver a produção em massa, baseado em

⁶ Cabe salientar que tais autores, em suas análises sobre o sistema capitalista no contexto francês, relacionam o desenvolvimento deste momento às décadas de 30 e 60. No âmbito de Campos dos Goytacazes, torna-se possível verificar tal mudança na lógica de produção local a partir da inserção da Petrobrás, por volta da década de 1970.

economias de escala, na padronização dos produtos, na organização racional do trabalho e em novas técnicas de ampliação dos mercados (marketing). São muito estimulantes para os jovens diplomados as oportunidades oferecidas pelas organizações, no sentido de atingir posições de poder a partir das quais se possa mudar o mundo (...) a dimensão “garantia” é assegurada pela racionalização e planificação de longo prazo e, principalmente, pelo próprio gigantismo das organizações que constituem ambientes protetores capazes de oferecer não só perspectivas de carreira, mas também infraestrutura para a vida cotidiana (...) quanto à referência ao bem comum, é feita não só por meio da composição com um ideal de ordem industrial encarnada pelos engenheiros – crença no progresso, esperanças na ciência e na técnica, produtividade e eficácia – , mais pregnante ainda que na versão anterior, mas também com um ideal que pode ser qualificado de cívico no sentido de enfatizar a solidariedade institucional, e a socialização da produção, da distribuição e do consumo, bem como a colaboração entre as grandes empresas e o Estado com o objetivo de alcançar a justiça social (...) mudança marcada pela atenuação da luta de classes (...) e como sinais de um capitalismo novo, animado por um espírito de justiça social (CHIAPELLO E BOLTANSKI, 2009, p.51).

A chegada da Petrobrás, de suas subsidiárias e de empresas terceirizadas proporciona o surgimento de uma maior demanda por serviços e atividades indiretas relacionadas ao setor petrolífero, dinamizando a economia e gerando uma grande transformação no município. O desenvolvimento da atividade petrolífera gerou uma forte onda migratória e uma grande circulação de pessoas vindas de todas as regiões do Brasil, bem como de outros países, em busca do elevado número de oportunidades que a região oferecia. A cidade de Campos passou a receber um elevado valor pelos repasses dos *royalties*, vindo a receita municipal aumentar de forma significativa. Houve também, de acordo com Rosélia Piquet (*et al*, 2017, p.209), o chamado “efeito multiplicador”, beneficiando outros setores locais, a exemplo da construção civil.

Entretanto, os diversos empregos gerados não incorporaram nem beneficiaram diretamente os grupos historicamente excluídos de Campos dos Goytacazes. Como explica Cruz, “(...) as dezenas de milhares de empregos gerados pelo petróleo não foram acessíveis à multidão dos ‘deserdados da cana’, que vieram a configurar grande parte, à guisa de exemplo, das mais de 30 mil famílias de Campos assistidas pelo Bolsa Família (MDS, 2015)” (2015, p.3).

O surgimento das novas atividades proporcionou “a transição de uma sociedade de base agrária (canaviais) e agroindustrial (usinas do setor sucroalcooleiro) para uma sociedade predominantemente urbana e industrial” (RAMOS, 2016, p.66). Dessa forma, a cidade entra em um momento de grande

transformação econômica e política, mas ainda com fortes marcas de desnível social e grande discrepância de renda. De acordo com Cruz (*apud* AZEREDO, 2008, p.41):

A exploração de petróleo na Bacia de Campos passou a canalizar recursos financeiros para as administrações municipais, na década de 1980. Deste modo, um novo bloco de poder teria assumido a hegemonia político-administrativa na maior parte dos municípios da região, contrapondo-se ao bloco tradicional associado às antigas oligarquias do setor canavieiro, sem, no entanto, garantir as condições para a distribuição da riqueza.

O poder político exercido tradicionalmente pelas antigas elites do açúcar fora substituído a partir de 1988 “por um enorme clientelismo montado a partir da inviabilidade eleitoral das antigas formas de dominação pessoal e do vultoso montante de recursos orçamentários possível com o advento dos royalties do petróleo” (FRANCO, *apud* AZEREDO, p.49). Inicia-se então um período marcado por um modelo *clientelista moderno*, como explica Souza (2004, p.30):

(...) se o clientelismo moderno se diferencia do tradicional por substituir os antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de benefícios materiais, isso não significa que, em sua lógica operatória, apenas sejam manipulados bens materiais. Longe disso, um dos elementos fundamentais de uma relação clientelista é a capacidade de disseminação da crença de benefícios futuros, ou seja, é preciso manter na clientela a esperança de novos e futuros benefícios, com propósito de garantir a estabilidade da relação.

Prossegue Souza (2004, p.30), discorrendo que “as relações clientelísticas tendem a se instaurar onde encontram condições propícias para tal, isto é, em relações ou contextos assimétricos, hierarquizados e verticais”. O mesmo autor (2004, p.31) ressalta que “as relações são verticais porque privilegiam relações pessoais de lealdade e reciprocidade entre o cliente e o *patronus* e *‘não a identificação entre pares, associados para a consecução de fins comuns’* (Diniz, 1982, p. 40, grifo do autor)”.

A política populista de ações com pouco caráter transformador serviu apenas à manutenção da lógica de dominação e perpetuação das antigas relações. Mesmo o elevado montante de *royalties* que o município recebeu nos últimos anos foi incapaz de reverter a herança de disparidade social. Azeredo destaca que os indicadores socioeconômicos “revelam a persistência de um quadro marcado pelas grandes desigualdades na distribuição da renda, alta concentração da propriedade da terra, e por índices precários de qualidade da vida e bem-estar da população” (2008, p.41).

Para ilustrar a desigualdade dos nossos dias atuais, apresentaremos brevemente o trabalho realizado por Ramos (2016). A autora comparou a situação do IDH-M/PNDU (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) da cidade de São Caetano do Sul (SP), cujo IDH-M foi o maior do país no ano de 2014, com o de Campos. Ambos os municípios possuíam uma receita *per capita* bastante semelhante em tal período, tendo São Caetano do Sul arrecadado R\$ 5.400,00 por habitante e Campos, R\$ 5.000,00 por habitante. Porém, São Caetano do Sul obteve o primeiro lugar neste ranking e Campos ficou na 1.427^a posição. A conclusão que podemos extrair de tal estudo é que o incremento de renda, por si só, não basta para garantir uma melhor distribuição de renda e qualidade de vida para os cidadãos. Essa conclusão pode ser corroborada pelo relatório divulgado pelo IBGE, no ano de 2010, segundo o qual o perfil da população de Campos era de “apenas 5,07% ganhavam acima de cinco salários mínimos, 40% não tinham rendimento algum e 44,8% ganhavam até dois salários mínimos” (RAMOS, 2016, p.76)⁷. Constata-se assim que a cidade de Campos é fortemente marcada pela concentração de renda, fato que inviabiliza um IDH-M mais bem ranqueado e uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Santos (2006, p.91), “(...) em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores”. O autor nos traz o conceito de *prático-inerte*, que seria “a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas” (2006, p.91). Ainda segundo Santos (2006, p.91):

Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas.

Portanto, almejar a justiça social numa cidade cujo contexto histórico é marcado por uma forte herança de desigualdade e “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial” (SOUZA *apud* RAMOS, 2016, p.72), ainda é um desafio a ser

⁷ As porcentagens de tal pesquisa somam 89,87%. A autora não mencionou sobre a média de renda dos outros 10,13%, entretanto, isso não torna os dados de extrema desigualdade de renda menos relevantes no município.

superado. O desenvolvimento local, não na acepção economicista, mas no sentido de desenvolvimento político e social, é uma realidade todavia a ser conquistada.

2 O atual cenário local e a importância dos espaços públicos

A extração de petróleo foi a principal atividade econômica no Norte Fluminense nos últimos trinta anos, chegando esta região a ser responsável por 82,5% da produção petrolífera nacional (HONORATO, 2008, p.555). A contribuição oriunda de tal atividade arrecadada durante esse período representou uma importante fonte de receita para os orçamentos municipais. No ano de 2013, por exemplo, 54,2% do orçamento da cidade de Campos dos Goytacazes foi oriundo de verbas do petróleo (SILVEIRA, A. A. *et al*, 2018). Graças aos empregos gerados, ao valor recebido pelos *royalties* e ao florescimento do setor relacionado aos serviços, a cidade de Campos dos Goytacazes teve um período de intenso crescimento econômico.

Entretanto, desde 2014 vivemos uma retração econômica devido à desvalorização do preço do petróleo no cenário mundial. Segundo informações do Nexo Jornal (2016), o valor do preço do barril do petróleo reduziu drasticamente de mais US\$ 130.00, em 2008, para algo próximo a US\$ 30.00 em 2016. Essa forte depreciação do valor impactou diretamente as municipalidades que dependiam da arrecadação de *royalties*, generalizando os discursos das administrações locais de uma “profunda crise” (CRUZ, 2015). À diminuição de receita advinda dos *royalties* do petróleo acrescenta-se o elevado índice de desemprego que a região vem enfrentando, devido ao fechamento de postos de trabalhos relacionados direta e indiretamente à economia do petróleo. Segundo Piquet (2017, p.214):

No caso da Região Norte Fluminense, profundamente dependente das rendas oriundas do petróleo, o efeito da crise desse setor se faz sentir duplamente. Por um lado, reduz o número de empregos e a demanda agregada gerada por seus trabalhadores. Por outro, também afeta negativamente a economia regional pela via da diminuição no recebimento de *royalties* e participações especiais por parte dos municípios da região, limitando severamente os gastos públicos e, até mesmo, ameaçando o equilíbrio financeiro dos mesmos. Assim, o estoque de empregos relacionado ao setor público também passa por uma trajetória descendente. Tendo em vista o peso considerável da indústria de petróleo e da administração pública na economia regional, os demais setores da economia não poderiam passar incólumes por tamanha queda. Além disso, a economia brasileira vem atravessando, desde 2015, uma forte queda das

atividades econômicas em âmbito nacional, o que também influenciou os resultados negativos na região.

Conforme estudo realizado em 2018 pela FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), divulgado pelo jornal Clique Diário (2018), o Norte Fluminense foi a região mais afetada pela crise que atingiu o estado do Rio de Janeiro a partir de 2014, apontando-se que, “nos últimos 3 anos, o Norte Fluminense fechou mais de 52 mil vagas, estando atualmente com um mercado de trabalho quase 20% menor que em 2014, ano em que estourou a crise internacional do petróleo (...)”. Como saída para as atuais dificuldades, sugere Cruz (2015, p. 4-5):

Cabe à iniciativa local e regional trazer à luz e colocar nas agendas de maior amplitude o problema do desenvolvimento do território mais afetado pela dependência à economia do petróleo, situando nesse marco mais amplo as questões emergenciais e de curto prazo (...). É preciso construir um diagnóstico que contemple os amplos interesses dos segmentos sociais, regionais e um esforço conjunto, amplo, participativo, de articulação de caminhos de superação da crise e de construção de um futuro sustentável.

Porém, o que temos vivenciado é a “trágica junção da falta de planejamento e de ação pública de enfrentamento e ciente desses impactos, como a amplamente denunciada malversação dos recursos bilionários das rendas petrolíferas” (CRUZ, 2015, p.4). As ações justificadas pelo discurso de crise promovem o regionalismo⁸ e as respostas da atual gestão municipal penalizam especialmente a parcela da população que já está em situação de vulnerabilidade social. Estão sendo encerrados os poucos programas sociais que amparavam aqueles não contemplados pela geração de emprego e renda oriunda dos ciclos econômicos anteriores, intensificando a situação de pobreza e a falta de justiça social advindas do processo histórico local.

⁸ De acordo com Cruz (2018, p.38): “O regionalismo é um discurso apoiado numa aliança de forças e grupos sociais que forja uma identidade referida a um espaço; forja uma idéia de história e de práticas comuns; apresenta uma leitura do passado, do presente e projeta um futuro em cima de interesses gerais remetidos a uma circunscrição territorial. Ele legitima a hegemonia de um determinado bloco de poder e o seu monopólio da representação dos interesses gerais numa determinada região, outorgando autoridade aos seus membros de porta-vozes para exercer essa representação. Esse grupo dominante, através da reivindicação de um tratamento diferenciado por parte das diversas escalas de poder supralocais, busca monopolizar a interlocução com essas instâncias e exercer o controle sobre os recursos fundamentais que interferem na reprodução das condições locais de desenvolvimento. Com isso, determinado espaço do território – a região – serve de base legítima para a obtenção de tratamento diferenciado por parte dos poderes públicos, em geral sob a forma de subsídios ou regimes fiscais especiais. O regionalismo sempre foi fundamental na reprodução de espaços dominados por oligarquias tradicionais, como é o caso do Nordeste, podendo também ocorrer a escalas menores do território.”

O declínio das políticas públicas sociais na cidade de Campos pode ser relacionado às atuais políticas neoliberais, que privilegiam o capital em detrimento do social. O Estado deixa de intervir nos rumos do processo de acumulação e o mercado dita a política de emprego e renda. A respeito, explica Cruz (2018, p.29):

Contraopondo, ideologicamente, o "livre mercado" ao Estado interventor, às políticas sociais e ao controle social, a ideologia neoliberal impôs a idéia de desregulamentação do espaço público, ou do controle social; das relações de trabalho; da concorrência intercapitalista; e do fluxo de capitais e mercadorias, igualando os desiguais, ao colocar lado a lado os que possuem capital, poder de investimento e capacidade monopolística ou oligopolística sobre a inovação tecnológica e o mercado, e aqueles que possuem somente a força de trabalho ou pequenos montantes de capital (...) Acabaram-se as políticas de desenvolvimento social e territorial, ou regional. Os capitais voláteis e as grandes corporações, premidas pela escalada tecnológica, ditam a forma, o ritmo e os rumos da acumulação. As políticas de emprego e renda, antes atreladas a estratégias de desenvolvimento, passam agora a ser compensatórias, no terreno da ação social focal, emergencial, dirigidas aos excluídos, ou à população de risco. Baseiam-se na premissa de que sua clientela são os perdedores.

David Harvey, em entrevista ao site da Boitempo (2018), ao definir o neoliberalismo, explica que “sempre que você encontrasse um conflito entre o capital e o bem-estar das pessoas, você escolheria o capital”, conduzindo assim à “redefinição de cidadania tal que um bom cidadão é um cidadão sem necessidades. Então, qualquer cidadão com necessidades é uma pessoa ruim”. Tal política gera impactos devastadores em uma sociedade que não conseguiu superar as consequências da desigualdade social, como diz Telles (1994, p.45):

A exclusão não é novidade nesse país: está ancorada numa tradição de sólidas raízes históricas. No entanto, é problema que ganha nova dimensão diante as transformações em curso que apontam os riscos de uma dualização da sociedade, dividida entre ilhas de modernidade e uma maioria sem lugar. No Brasil, o chamado discurso neoliberal tenta a espantosa façanha de conferir título de modernidade ao que há de mais atrasado na sociedade brasileira: um privatismo selvagem e predatório, que faz do interesse privado a medida de todas as coisas, negando a alteridade e obstruindo, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social através da recusa de um sentido de responsabilidade pública e obrigação social.

O sistema capitalista se reestruturou mundialmente e hoje vivenciamos o seu *terceiro espírito*, caracterizado pelos teóricos Boltanski e Chiapello (2009, p.19) pela “coexistência entre a degradação da situação econômica e social de um número crescente de pessoas e um capitalismo em plena expansão e profundamente transformado”. Há forte tendência às transações especulativas e financeirizadas em detrimento do investimento industrial e produtivo, com elevação das taxas de

desemprego, flexibilização e precarização do trabalho⁹, além do aumento da concentração de renda.

Em um contexto marcado pela exclusão, no qual os ganhos sociais foram poucos e quase sempre relacionados a políticas populistas, a reestruturação do capitalismo e a crise pela qual o município de Campos vem passando prejudicam a qualidade de vida da população. O ganho econômico advindo da atividade petrolífera não diminuiu as assimetrias nas relações sociais locais nem trouxe desenvolvimento regional no seu sentido mais amplo e completo, como trazido por Souza (*apud* RAMOS, 2016, p.70):

Não se faz referência, aqui, ao desenvolvimento apenas do espaço social (situação em que a grafia deveria ser socioespacial), mas à transformação das relações sociais e do espaço social. Para o autor desse texto, o desenvolvimento, isto é, o processo (aberto, não predeterminado, ainda que animado por valores e por vontades conscientes) de mudança para melhor, é uma incessante busca por mais justiça social e qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva.

Ao analisarmos o processo de acumulação econômica ocorrido em Campos, percebemos que o Estado foi incapaz de promover uma justiça social e de incorporar ao processo capitalista certos grupos historicamente excluídos. O desenvolvimento econômico por si só foi insuficiente para promover o desenvolvimento social. Tal fato comprova que sem um Estado que garanta uma equilibrada divisão dos ganhos econômicos, por meio de políticas públicas engajadas com a melhora de vida de todos, não é possível alcançar uma sociedade mais democrática.

A construção de uma sociedade mais justa e equilibrada é urgente e, para alcançar esse objetivo, precisamos lutar por uma efetiva justiça social que atinja a todos de maneira ampla e plena, não somente por meio de pequenas conquistas sociais. Nesse sentido, explica Ramos (2016, p.71):

A busca por justiça social significa buscar aquilo que conduz ao bem-estar. Uma bela paisagem, a possibilidade de dormir sem preocupação com segurança física de sua família, o direito de ir e vir, a perspectiva de desfrutar de um dia de lazer em um espaço público agradável, a qualidade da educação recebida pelos filhos, a saúde (própria e da família) e,

⁹ Embora os autores examinem o contexto francês, o atual momento do sistema sugere um entrecruzamento das escalas global e local, o que Swyngedouw (1997) denomina “glocal”. Para ele, “(...) recentes transformações político-econômicas são caracterizadas por um movimento paralelo e simultâneo a menor e maior escala, ao local e ao global (um processo de glocalização)” (Swyngedouw, 1997, tradução nossa).

especialmente, a liberdade. Esses são todos elementos que qualificam a vida de um indivíduo e da coletividade e que não estão, ou não deveriam estar condicionados necessária ou diretamente por sua situação econômica e de renda, mas pelo grau de desenvolvimento urbano alcançado por uma dada sociedade em um dado momento histórico.

Nesse cenário emerge a importância dos espaços públicos como locais de “publicização dos conflitos” (TELLES, 1994), espaços que sirvam de palco para a renovação da esperança em uma sociedade mais justa e promoção da cidadania como realidade possível. Sobre o tema, alerta Telles (1994, p.44):

A conquista do espaço público e a descoberta do sentido da ação coletiva na sua capacidade de alterar o “já dado” e descortinar horizontes possíveis, vem sendo minada por uma desesperança crescente alimentada por uma crise econômica e devastadora que destrói projetos, desorganiza formas de vida e parece destituir o futuro de qualquer significado positivo.

Para que as políticas públicas sejam capazes de atender tantas demandas criadas ao longo do desigual processo de acumulação local, é preciso que a negociação entre os distintos grupos seja fortalecida. Para isso, é necessária “a construção de espaços públicos que confirmem legitimidade aos conflitos e nos quais a medida da igualdade e da justiça venha a ser objeto de debate e de uma permanente e sempre aberta negociação” (TELLES, 1994, p.48). A falta de espaços comuns, que possibilitem vínculos de pertencimento, é traduzida “na dificuldade de formular os dramas cotidianos (individuais e coletivos) na linguagem pública dos direitos” (TELLES, 1994, p.45).

Trata-se de se renovar a interface entre Estado e sociedade e o léxico da argumentação, possibilitando a “negociação democrática das regras da equidade nos usos dos recursos públicos dos quais dependem economia e sociedade” (TELLES, 1994, p.49). Para tanto, os espaços públicos revelam-se centrais, pois permitem “tornar a gestão da coisa pública permeável às demandas, aspirações e temas emergentes da sociedade civil, retirando do Estado o monopólio exclusivo na definição de uma agenda de prioridades e problemas pertinentes à vida em sociedade” (TELLES, 1994, p.50).

A necessidade de estabelecer uma nova narrativa política na qual a participação popular substitua as antigas práticas coronelistas e populistas é de suma importância para a consolidação de uma sociedade mais equilibrada. Possibilitar-se-á, assim, a criação de uma rede “associativa tão ampla quanto plural, multifacetada e descentralizada” (TELLES, 1994, p.48), capaz de mapear as

demandas e reivindicações diversas de uma população extremamente desigual. Somente com a construção e o fortalecimento dos espaços, símbolos e discursos comuns poderá haver um sentimento de cidadania, na qual o outro seja reconhecido como um sujeito de direitos, interesses e aspirações legítimas.

Considerações finais

O processo de desigual acumulação por meio do qual a economia da cidade de Campos dos Goytacazes foi consolidada trouxe assimetrias sociais que são vivenciadas até os dias atuais. As heranças históricas de afastamento físico e emocional entre grupos com condições distintas contribuíram para a criação de uma sociedade fragmentada e uma cidade em total segregação. Nem mesmo a riqueza proveniente do recebimento dos *royalties* – oriundos da próspera bacia de petróleo descoberta na cidade, que fez com que Campos se destacasse na economia nacional – foi capaz de reverter as disparidades sociais arraigadas ao longo dos anos.

Analisando a história da cidade, percebe-se que somente o desenvolvimento econômico, sem políticas públicas eficazes, é insuficiente para melhorar a qualidade de vida dos grupos que sempre estiveram à margem dos ganhos dos processos produtivos locais. A política clientelista, que perpassou as diversas fases econômicas locais, trouxe benefícios imediatistas, incapazes de dotar as pessoas de cidadania e de propiciar-lhes efetiva participação na distribuição de renda e na tomada de decisões políticas. A exploração petrolífera representou novas oportunidades para pessoas de distintas localidades da região, do país e do mundo, mas aqueles que sempre estiveram alheados aos processos econômicos não foram incorporados, estando mais uma vez à parte dos lucros auferidos.

Conclui-se que uma verdadeira alteração do processo de exclusão social passa pela inserção dos cidadãos nas políticas, não somente como receptores, mas como atores. Sem um Estado que possibilite a participação popular, a política se mostra incapaz de representar as distintas demandas locais. Neste contexto, os espaços públicos se apresentam como centrais para a discussão, à medida que nesses espaços possibilitam-se as negociações e o reconhecimento do outro como portador de direitos legítimos. Em uma sociedade construída com bases sociais tão desiguais, a esperança democrática reside no respeito mútuo e na construção de

uma nova narrativa na qual todos sejam vistos e estimados como cidadãos.

Referências bibliográficas:

AZEREDO, Gileno Domingos de. **Os limites da participação consentida: o caso do Plano Diretor Municipal de Campos dos Goytacazes, RJ**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro. Campos, RJ.2008.

BOLTANSKI, Luz; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução: Ivone C. Benedetti. 1 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BLOG DA BOITEMPO. **David Harvey: o capitalismo da servidão por dívida**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/08/29/david-harvey-o-capitalismo-da-servidao-por-divida/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. (equipe de trad. PUCCAMP) 2a ed. Campinas: Papyrus, 1988.

CARVALHO, Ailton Mota De; SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva Da. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: Pessanha, Roberto de Moraes; Neto, Romeu Silva. **Economia e desenvolvimento no norte fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Edição. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. 364 p.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel De Jesus. **Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897)**. História, São paulo, v. 30, n. 1, p. 56-89, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a04.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CLIQUEDIARIO. **Estudo da firjan revela que a região norte fluminense é a mais atingida pela crise do estado**. Disponível em: <<https://cliquediario.com.br/politica/estudo-da-firjan-revela-que-a-regiao-norte-fluminense-e-a-mais-atingida-pela-crise-do-estado>>. Acesso em: 01 set. 2018.

CRUZ, José Luis Vianna da. **Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional**. Boletim Técnico do Senac, v. 29, n. 1, p. 28-39, 2018.

_____ **Que crise é essa? A queda na arrecadação das rendas petrolíferas nos municípios da região produtora do estado do rio de janeiro**. Boletim petróleo, royalties e região, Campos dos Goytacazes, ano XII, n. 48, p. 2-4, jun. 2015. Disponível em: <<https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/03/boletim-2015-06.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

FARIA, Teresa Peixoto. **Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880: a modernização brasileira e o “mundo citadino”**. Agenda social. revista do ppgps / uenf, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 2, n. 2, p. 40-64, mai./set. 2008. Disponível

em:

<http://www.uenf.br/uenf/downloads/agenda_social_6556_1238155665.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FREITAS, Kêila Pirovani Da Silva. **Produção e apropriação do espaço urbano de campos dos goytacazes – rj: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos.** Dissertação apresentada ao Centro de Ciência do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes - RJ, jul. 2011. Disponível em: <<http://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/keila-pirovani-da-silva-freitas.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FRANCISCO DE SOUZA, Quésia, GANTOS, Marcelo Carlos. **De usinas e usineiros: um ensaio sobre a decadência de uma cultura (Campos dos Goytacazes, 1930-2000).** Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006

HONORATO, Filipe F. **Riqueza e exclusão: o impacto dos royalties do petróleo na expansão da miséria na Região Norte Fluminense.** En publicación: La economía política de la pobreza / Alberto Cimadamore (comp.) Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cimada/Honorato.pdf>>

NEXO JORNAL. **Um histórico visual da queda do preço do petróleo** . Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/18/um-historico-visual-da-queda-do-preco-do-petroleo>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

PARANHOS, Paulo. **O açúcar no Norte Fluminense.** Histórica: revista online do arquivo público do estado de São Paulo, São Paulo, ano 2, n. 8, p. 1-10, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica08.pdf#page=12>>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

PIQUET, Rosélia; TAVARES, Érica; PESSÔA, João Monteiro. **Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no norte fluminense.** Cad. metrop., São paulo, v. 19, n. 38, p. 201-224, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v19n38/2236-9996-cm-19-38-0201.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

RAMOS, Atiana Tramontani. **Crescimento econômico e desenvolvimento sócio-espacial em campos dos goytacazes.** Geo uerj, Rio de janeiro, n. 29, p. 63-88, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANZ, Jasmine Andrade. **Ressignificação da Ponte João Barcelos Martins por meio da criação de Parque Urbano Linear.** Trabalho Final de Graduação

apresentado ao curso de Arquitetura e Urbano, do Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes – RJ, 2017.

SILVEIRA, A. A. et al. **Rendas petrolíferas, do auge à crise: os efeitos nos orçamentos públicos e na renda per capita dos municípios produtores do estado do Rio de Janeiro**. Boletim petróleo, royalties e região, Campos dos Goytacazes, RJ, ano XVI, n.º. 60, p. 6-13, 2018.

SWYGEDOUW, Erik. Neither Global nor Local. “Glocalization” and the Politics of Scale. In: COX, Kevin **Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local**. New York, London, Guilford Publications, 1997.

SOUZA, Renato Barreto De. **Clientelismo e voto em Campos dos Goytacazes**. Dissertação apresentada ao Centro de Ciência do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes - RJ, abr. 2004. Disponível em: <<https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/03/clientelismo-e-voto.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

TELLES, Vera. **Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos**. In: VILLAS-BÔAS, Renata (org.). Participação popular nos governos locais. São Paulo, Publicações PÓLIS, 1994.